



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Vol 19. Núm 1, jan-jun, 2025, pág. 621 - 645

Interdisciplinaridade como Estratégia para a Resolução de Problemas Complexos no Âmbito das Políticas Públicas

Interdisciplinarity as a Strategy for Solving Complex Problems in the Context of Public Policy

Gabrielly Gomes Machado¹

Juliana da Silva Martins²

Maria de Lourdes de Oliveira Pinheiro³

Nani Vitoria Santarém da Silva⁴

Rayla do Nascimento Mesquita⁵

Resumo

A complexidade crescente dos desafios contemporâneos das mudanças climáticas aos sistemas de saúde, da educação às desigualdades estruturais escancara a insuficiência de abordagens disciplinares isoladas no campo das políticas públicas. Este artigo apresenta uma revisão integrativa da literatura publicada entre 2015 e 2025, investigando o papel da interdisciplinaridade como estratégia para enfrentar “problemas perversos” (wicked problems), conceito formulado por Rittel e Webber (1973). A metodologia adotada segue o protocolo de Whittemore e Knafl (2005),

¹ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Cursando a disciplina de Psicologia Aplicada ao Serviço Social. E-mail: gabrielly-machado.qm@ufam.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-4853-8378>

² Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Cursando a disciplina de psicologia aplicada ao Serviço Social. E-mail: Martins.juliana@ufam.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-1971-9428>

³ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Cursando a disciplina de Psicologia Aplicada ao Serviço Social. Técnica em Administração pelo Instituto Federal do Amazonas E-mail: pinheiro.maria@ufam.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-0918-0615>

⁴ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Cursando a disciplina de psicologia aplicada ao Serviço Social. E-mail: vitoriasantarm9@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-8874-5207>

⁵ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Cursando a disciplina de Psicologia Aplicada ao Serviço Social. E-mail: raylanascimento150@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-6608-3250>



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

incluindo artigos selecionados nas bases PubMed, SciELO, Web of Science, Scopus e CAPES Periódicos. Os resultados revelam que a interdisciplinaridade se manifesta como um elemento decisivo na formulação, implementação e avaliação de políticas, especialmente em áreas como saúde, educação, meio ambiente e políticas sociais. As principais barreiras identificadas envolvem obstáculos epistemológicos, deficiências de comunicação, fragmentação institucional e limitações financeiras. As potencialidades destacam a geração de soluções inovadoras, maior legitimidade pública e capacidade de adaptação a cenários incertos. Conclui-se que a interdisciplinaridade não deve ser compreendida como uma alternativa opcional, mas como um fundamento indispensável para a governança contemporânea.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade; Políticas Públicas; Problemas Complexos; Governança; Transdisciplinaridade; Revisão Integrativa.

Abstract

The growing complexity of contemporary challenges such as climate change, public health crises, and structural inequalities reveals the insufficiency of isolated disciplinary approaches in the field of public policy. This article presents an integrative review of scientific literature published between 2015 and 2025, investigating the role of interdisciplinarity as a strategy for addressing “wicked problems,” as defined by Rittel and Webber1 (1973). The methodology follows Whittemore and Knafl’s (2005) integrative review protocol, based on articles retrieved from PubMed, SciELO, Web of Science, Scopus and the CAPES Portal. The results show that interdisciplinarity plays a decisive role across policy formulation, implementation and evaluation, especially in areas such as health, education, environment and social policy. The main barriers identified include epistemological obstacles, communication difficulties, institutional fragmentation and financial constraints. The potentialities highlighted include the development of innovative solutions, greater public legitimacy and enhanced governmental adaptability. The study concludes that interdisciplinarity should not be considered an optional feature, but an essential condition for effective governance in the twenty-first century.

Keywords: Interdisciplinarity; Public Policy; Wicked Problems; Governance; Integrative Review.

Résumé:

La complexité croissante des défis contemporains, du changement climatique aux systèmes de santé, de l'éducation aux inégalités structurelles, révèle l'insuffisance des approches disciplinaires isolées dans le domaine des politiques publiques. Cet article présente une revue intégrative de la littérature publiée entre 2015 et 2025,



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

analysant le rôle de l'interdisciplinarité comme stratégie pour aborder les « problèmes complexes », un concept formulé par Rittel et Webber (1973). La méthodologie adoptée suit le protocole de Whittemore et Knafl (2005), incluant des articles sélectionnés dans les bases de données PubMed, SciELO, Web of Science, Scopus et CAPES Journals. Les résultats montrent que l'interdisciplinarité se révèle un élément déterminant dans la formulation, la mise en œuvre et l'évaluation des politiques, notamment dans des domaines tels que la santé, l'éducation, l'environnement et les politiques sociales. Les principaux obstacles identifiés sont d'ordre épistémologique, communicationnel, institutionnel et financier. Le potentiel de l'interdisciplinarité réside dans la génération de solutions innovantes, une plus grande légitimité publique et une meilleure capacité d'adaptation aux situations incertaines. Il ressort de cette étude que l'interdisciplinarité ne doit pas être perçue comme une option, mais comme un fondement indispensable de la gouvernance contemporaine.

Mots-clés: Interdisciplinarité ; Politiques publiques ; Problèmes complexes ; Gouvernance ; Transdisciplinarité ; Revue intégrative.

A sociedade contemporânea enfrenta desafios cuja complexidade supera os limites tradicionais das disciplinas. Pandemias globais, eventos climáticos extremos, desigualdades persistentes e crises institucionais evidenciam fenômenos que se manifestam de maneira interdependente. Tais problemas não surgem de forma isolada; ao contrário, enraízam-se em múltiplas dimensões sociais, econômicas, ambientais e culturais. Nesse contexto, soluções fragmentadas revelam-se insuficientes, e a lógica linear historicamente utilizada na formulação de políticas públicas mostra suas limitações com ainda mais clareza.

No campo das políticas públicas, essa insuficiência torna-se particularmente visível. A racionalidade tecnocrática, apoiada na atuação de especialistas isolados, vem perdendo sua capacidade de responder a sistemas complexos. Já na década



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

de 1970, Rittel e Webber (1973) identificaram os chamados wicked problems, caracterizados por incerteza, interdependência e ausência de soluções definitivas. A partir desse diagnóstico, os autores argumentavam que a atuação estatal exigia abordagens capazes de atravessar diferentes áreas do conhecimento.

A literatura recente reforça essa necessidade. Pesquisadores como Klein (2017), Jasanoff (2018) e Morin (2020) defendem que compreender e intervir em problemas públicos requer integração contínua entre saberes diversos. Organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU, 2021), a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, 2020) e o Banco Mundial (2023), convergem nesse entendimento ao reconhecer que a governança do século XXI demanda articulação entre áreas, setores e formas de conhecimento.

Diante desse cenário, a interdisciplinaridade passa a ser compreendida não apenas como uma estratégia metodológica, mas como um requisito para a construção de políticas públicas mais eficazes, legítimas e sustentáveis. Contudo, apesar do reconhecimento institucional e acadêmico, ainda persistem desafios importantes, como a fragmentação entre órgãos governamentais, conflitos epistemológicos e limitações impostas por modelos tradicionais de gestão pública que não favorecem a cooperação entre diferentes áreas.

Com base nesse panorama, este artigo busca analisar como a interdisciplinaridade vem sendo aplicada no âmbito das políticas públicas. O estudo procura identificar suas potencialidades, limitações e impactos, bem como compreender em quais etapas do ciclo da política — formulação, implementação, monitoramento ou avaliação — essa abordagem se manifesta com maior intensidade. A partir das pesquisas selecionadas, pretende-se ainda mapear os principais desafios enfrentados por equipes interdisciplinares e verificar como esses obstáculos afetam a efetividade da ação governamental.



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Dessa forma, o trabalho se desenvolve a partir de três questões centrais: em que medida a interdisciplinaridade contribui para enfrentar problemas complexos no contexto das políticas públicas? Quais benefícios têm sido atribuídos a essa abordagem na literatura recente? E quais barreiras impedem sua plena operacionalização nos processos decisórios e administrativos do Estado? Ao explorar essas perguntas, o artigo busca oferecer uma síntese crítica capaz de auxiliar pesquisadores, gestores e formuladores de políticas na compreensão da interdisciplinaridade como uma estratégia necessária diante da crescente complexidade que caracteriza a ação pública no século XXI.

Políticas Públicas: fundamentos conceituais

O campo das políticas públicas consolida-se como um dos principais mecanismos pelos quais o Estado busca responder às demandas coletivas. Para Dye (2013), políticas públicas correspondem a tudo aquilo que o governo decide fazer ou deixar de fazer. Embora essa definição pareça simples, ela revela a complexidade que permeia a ação estatal, marcada por disputas de poder, valores culturais, interesses econômicos e arranjos institucionais que condicionam tanto as escolhas quanto os resultados das intervenções governamentais.

Nesse contexto, o ciclo das políticas públicas tornou-se um modelo amplamente utilizado para organizar e interpretar o processo decisório. Howlett e Ramesh (2014) descrevem seis etapas principais: identificação do problema, formulação, tomada de decisão, implementação, monitoramento e avaliação. Apesar de suas limitações — entre elas a dificuldade de representar a fluidez e a não linearidade das dinâmicas políticas — o modelo permanece útil para analisar como diferentes saberes se articulam ao longo da produção de políticas.

É justamente nesse percurso que a interdisciplinaridade assume papel central. Os problemas sociais contemporâneos frequentemente ultrapassam as fronteiras disciplinares. Uma epidemia não pode ser compreendida apenas pela



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

saúde pública; envolve comunicação, economia, sociologia e tecnologia. Crises ambientais exigem contribuições da ecologia, do direito, da engenharia e da administração. Da mesma forma, as desigualdades sociais atravessam a educação, a psicologia, o urbanismo e a assistência social. Diante dessa complexidade, a interdisciplinaridade deixa de ser um recurso complementar e passa a ser um requisito metodológico e estratégico para ampliar a compreensão dos fenômenos e fortalecer a capacidade estatal de formular e implementar políticas mais eficazes.

Multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade

A discussão conceitual acerca da integração de saberes exige diferenciar três abordagens frequentemente utilizadas de forma intercambiável, apesar de possuírem implicações profundas para a análise e a prática das políticas públicas. Klein (2017) define a multidisciplinaridade como a justaposição de disciplinas que colaboram sem ultrapassar suas fronteiras epistemológicas. Nesse arranjo, cada campo contribui com sua lente própria, iluminando apenas uma parcela do problema. A compreensão do fenômeno se amplia, mas a articulação entre os conhecimentos permanece limitada.

A interdisciplinaridade avança em relação a esse modelo, pois pressupõe um grau mais intenso de interação entre métodos, teorias, conceitos e práticas. Ela demanda negociação entre disciplinas, construção de áreas de convergência e abertura para que os campos se transformem mutuamente. Em políticas públicas, esse movimento revela-se essencial, uma vez que a complexidade dos problemas contemporâneos exige análises capazes de incorporar simultaneamente fatores sociais, econômicos, culturais, ambientais e institucionais. A interdisciplinaridade, portanto, contribui para reconstruir o olhar sobre o fenômeno público, permitindo que soluções sejam formuladas com maior sensibilidade e precisão.



Revista AMAzonica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

A transdisciplinaridade amplia ainda mais esse horizonte interpretativo. Para Jasanoff (2018), ela rompe com a lógica exclusivamente acadêmica ao reconhecer que o conhecimento produzido fora das instituições científicas é igualmente relevante para a compreensão dos problemas públicos. Experiências comunitárias, saberes tradicionais, vivências territoriais e percepções cotidianas tornam-se elementos legítimos do processo de construção de políticas, especialmente porque são essas populações que vivenciam, de forma direta, os efeitos das decisões governamentais.

Nesse ponto, a contribuição de Basarab Nicolescu se torna central. Em sua obra seminal, publicada originalmente em 1999, Nicolescu descreve a transdisciplinaridade como uma abordagem fundada em três pilares: os níveis de realidade, a lógica do terceiro incluído e a compreensão da complexidade. Para o autor, nenhum fenômeno social existe em um único nível. Políticas públicas, por exemplo, se manifestam simultaneamente em dimensões econômicas, culturais, jurídicas, psicológicas, ambientais e simbólicas. Reduzir um problema público a apenas uma dessas camadas implica ignorar sua densidade ontológica.

A lógica do terceiro incluído, por sua vez, oferece uma alternativa à lógica binária tradicional. Para Nicolescu, realidades aparentemente contraditórias podem coexistir e gerar novos sentidos quando colocadas em diálogo. No campo das políticas públicas, essa perspectiva convida a superar dicotomias simplificadoras como Estado e sociedade, público e privado, racionalidade técnica e racionalidade social. Problemas complexos não cabem em esquemas binários; suas soluções emergem justamente nas zonas híbridas em que interesses, saberes e experiências se encontram.

Ao articular esses elementos, a transdisciplinaridade proposta por Nicolescu redefine a forma como se comprehende a governança contemporânea. Ela desloca o foco da produção do conhecimento de um modelo centralizado, técnico e hierárquico para uma concepção aberta, relacional e dinâmica. Políticas públicas



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

passam a ser interpretadas como processos vivos, construídos no entrelaçamento de sujeitos, instituições e contextos, cada qual contribuindo com diferentes níveis de realidade e distintas formas de racionalidade.

Dessa forma, ao distinguir multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade e ao incorporar a perspectiva nicolesciana, torna-se evidente que a interdisciplinaridade funciona como ponte entre campos científicos, enquanto a transdisciplinaridade opera como teia que integra saberes acadêmicos e extra-acadêmicos. Esse entendimento reforça que a produção de políticas públicas sensíveis à complexidade social requer metodologias dialógicas, integradoras e capazes de acolher a pluralidade de experiências humanas.

Problemas complexos e o conceito de “wicked problems”

A discussão sobre interdisciplinaridade nas políticas públicas ganha densidade quando se reconhece a natureza dos fenômenos que o Estado tenta administrar. Em muitas situações, não se trata de problemas simples, passíveis de diagnóstico preciso e soluções técnicas diretas, mas de fenômenos que se expandem em múltiplas direções e resistem ao enquadramento disciplinar. É nesse contexto que a contribuição de Rittel e Webber (1973) se torna central, ao introduzirem o conceito de “wicked problems” para designar problemas cuja complexidade excede a capacidade das ferramentas analíticas tradicionais.

Wicked problems são caracterizados por múltiplas causas que se entrelaçam simultaneamente e por fronteiras que não podem ser claramente delimitadas. São questões que se transformam no tempo, modificando sua configuração à medida que novas variáveis surgem ou que decisões anteriores produzem efeitos inesperados. Não apresentam soluções definitivas ou corretas, mas respostas possíveis, sempre provisórias, sujeitas a contestação e revisões constantes. Além disso, cada tentativa de enfrentamento tende a gerar novos desafios, que por vezes se mostram tão complexos quanto aqueles que se buscava resolver inicialmente.



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

No campo das políticas públicas, alguns exemplos ilustram a profundidade desse fenômeno. As mudanças climáticas articulam fatores ambientais, econômicos, tecnológicos e geopolíticos. A desigualdade social envolve elementos históricos, culturais, jurídicos e urbanos. A mobilidade urbana depende de infraestrutura, planejamento territorial, comportamento social e políticas econômicas. A educação básica, por sua vez, se relaciona com recursos financeiros, formação docente, desigualdades regionais, contextos familiares e políticas curriculares. E os sistemas de saúde coexistem com determinantes sociais, epidemiológicos, comportamentais e institucionais. Esses problemas, portanto, não pertencem a um único campo do conhecimento, mas se distribuem por diversas camadas da realidade social, exigindo análises mais amplas e integradoras.

A literatura recente tem enfatizado que apenas abordagens interdisciplinares conseguem apreender a totalidade dessas dinâmicas. Morin (2020), ao defender a necessidade de uma “ecologia dos saberes”, argumenta que os problemas contemporâneos só podem ser compreendidos a partir do diálogo entre diferentes formas de conhecimento e racionalidade. Trata-se de reconhecer que nenhum campo, isoladamente, detém as ferramentas suficientes para interpretar fenômenos tão complexos. Essa perspectiva converge com os debates de Nicolescu, que afirma que os fenômenos sociais existem em múltiplos níveis de realidade e, por isso, demandam metodologias capazes de atravessar fronteiras disciplinares e integrar diferentes lógicas de interpretação.

Dessa forma, o conceito de wicked problems reforça a ideia de que a interdisciplinaridade não é um ideal abstrato, mas uma necessidade metodológica para que políticas públicas sejam capazes de lidar com fenômenos complexos. Os wicked problems evidenciam que o conhecimento fragmentado tende a produzir intervenções insuficientes, e que somente uma abordagem que articule múltiplos



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

campos do saber permite a construção de políticas mais sensíveis, abrangentes e alinhadas à complexidade do mundo contemporâneo.

Metodologia

A metodologia adotada neste estudo fundamenta-se no modelo de Revisão Integrativa, conforme proposto por Whittemore e Knafl (2005), uma abordagem adequada para investigar fenômenos complexos que exigem a articulação entre diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. A escolha por essa modalidade de revisão não decorre apenas de sua flexibilidade, mas principalmente de sua capacidade de reunir, sintetizar e interpretar resultados oriundos de metodologias diversas, algo imprescindível quando se trata de compreender a interdisciplinaridade no campo das políticas públicas. Nesse sentido, a revisão integrativa se apresenta como um caminho metodológico capaz de abranger a pluralidade conceitual e empírica que caracteriza essa área, evitando reduções simplificadoras e preservando a complexidade inerente ao fenômeno investigado.

O processo de investigação iniciou-se com a definição da questão orientadora, construída a partir da estratégia PICo. Essa estruturação metodológica delimitou rigorosamente os elementos centrais da pesquisa, definindo a População como o campo das políticas públicas, o Fenômeno de Interesse como a interdisciplinaridade em suas variadas expressões — incluindo a multidisciplinaridade e a transdisciplinaridade — e o Contexto como o ciclo das políticas públicas, com ênfase nas etapas de formulação, implementação e avaliação. Essa delimitação inicial assegurou clareza conceitual e precisão na condução das etapas seguintes da revisão.

A busca pelos estudos foi realizada em bases de dados amplamente reconhecidas por sua relevância científica e abrangência internacional, entre as quais Scopus, Web of Science, PubMed, SciELO e o Portal de Periódicos da CAPES. A seleção dessas bases fundamenta-se na necessidade de identificar



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

produções consistentes e atualizadas acerca da interface entre integração de saberes e políticas públicas. Para a construção da estratégia de busca, foram utilizados descritores controlados e palavras-chave relacionados aos termos “política pública”, “elaboração de políticas”, “interdisciplinaridade”, “transdisciplinaridade” e “integração do conhecimento”. Essa combinação possibilitou recuperar estudos que abordassem a interdisciplinaridade de forma explícita, tanto em discussões conceituais quanto em aplicações práticas dentro do processo decisório estatal.

Os critérios de inclusão foram estabelecidos com o intuito de assegurar relevância e rigor. Foram considerados elegíveis os artigos publicados entre 2015 e 2025, disponíveis em português, inglês ou espanhol, que apresentassem discussão consistente sobre interdisciplinaridade no âmbito das políticas públicas. Excluíram-se editorial, resenhas, ensaios não submetidos à revisão por pares e estudos que mencionavam o tema apenas superficialmente, sem desenvolver análise conceitual, metodológica ou empírica alinhada ao objeto investigado. Essa delimitação buscou garantir que apenas produções substantivas compusessem o corpus final da revisão.

A triagem dos estudos foi conduzida de acordo com as recomendações do protocolo PRISMA, assegurando maior transparência e reproduzibilidade. Inicialmente, procedeu-se à análise dos títulos e resumos, realizada de forma independente por dois avaliadores, com o objetivo de minimizar possíveis vieses individuais. Os estudos considerados potencialmente relevantes foram submetidos à leitura integral, processo que permitiu confirmar sua adequação aos critérios previamente definidos. Somente após essa avaliação criteriosa os artigos foram definitivamente incluídos na revisão.

Em seguida, realizou-se a etapa de extração sistematizada das informações, na qual foram compilados dados essenciais para a análise, como autoria, ano de publicação, país de origem, objetivos da pesquisa, métodos utilizados, área da



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

política pública abordada, etapa do ciclo de políticas analisada e principais conclusões apresentadas. Essa padronização permitiu organizar o conjunto de evidências, facilitando a identificação de convergências, divergências e lacunas presentes na literatura.

Todo o desenho metodológico foi concebido para garantir rigor, consistência e profundidade interpretativa, características indispensáveis para um estudo de natureza integrativa. A adoção dessa abordagem possibilitou reunir diferentes perspectivas teóricas e empíricas sobre a interdisciplinaridade nas políticas públicas, oferecendo um panorama abrangente e crítico do conhecimento produzido na última década. Dessa forma, a metodologia empregada contribui não apenas para a robustez analítica do estudo, mas também para a compreensão refinada das potencialidades e limitações que permeiam a aplicação da interdisciplinaridade no campo da ação governamental.

Resultados

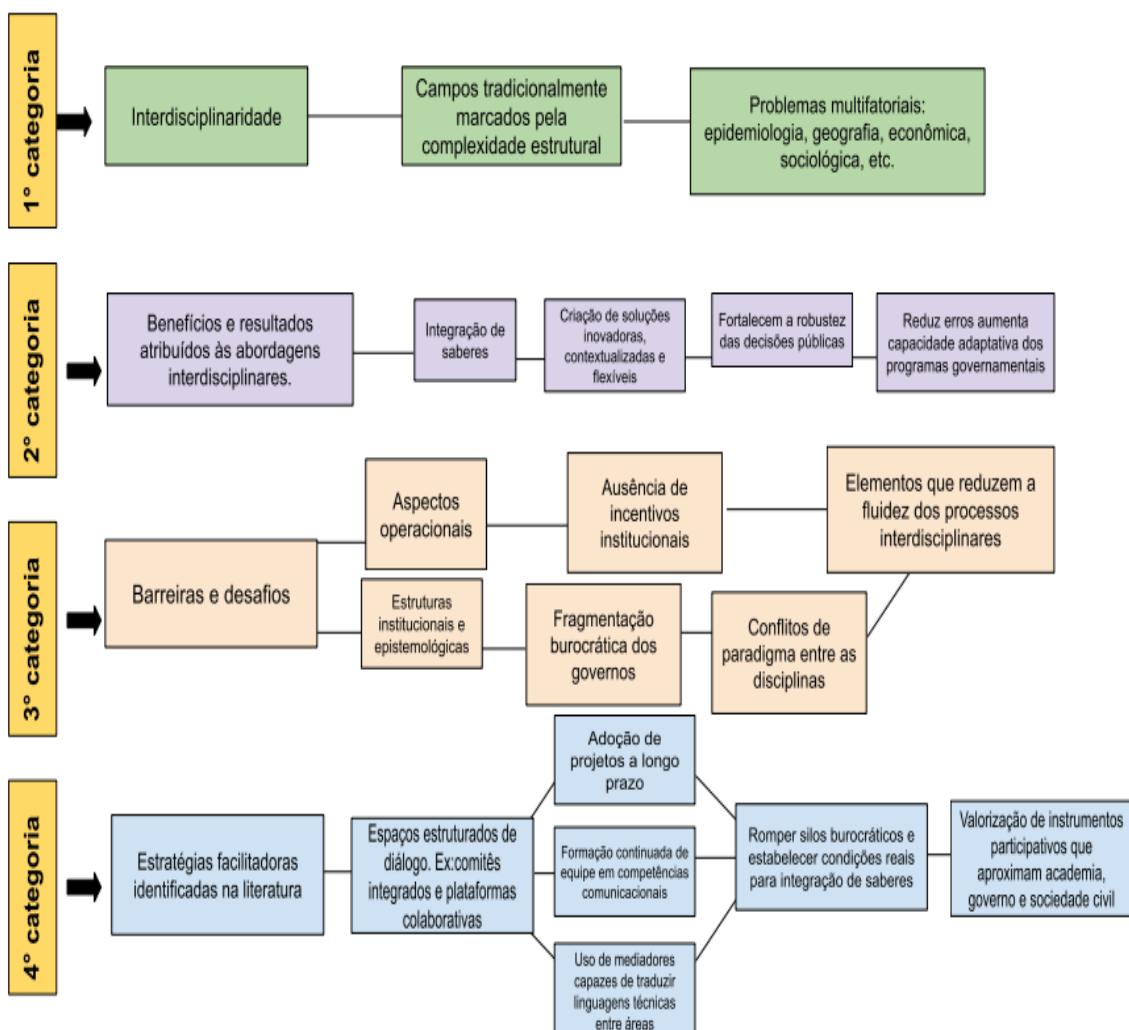
A revisão integrativa resultou na identificação de um conjunto consistente de estudos publicados entre 2015 e 2025 que exploram, em diferentes intensidades, as interfaces entre interdisciplinaridade e políticas públicas. O processo de triagem conforme previsto pelo modelo PRISMA permitiu depurar a literatura inicial e consolidar apenas os trabalhos que tratavam de forma explícita da articulação entre saberes no ciclo de formulação, implementação ou avaliação de políticas. Após a



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

leitura completa dos artigos selecionados, observou-se que a produção científica nacional e internacional converge para quatro grandes categorias temáticas

A primeira categoria identificada refere-se às áreas de aplicação predominantes. Os estudos analisados apontaram que a interdisciplinaridade tem sido mais recorrente em campos tradicionalmente marcados pela complexidade estrutural, como saúde pública, meio ambiente, educação e políticas sociais. Esses setores apresentam problemas multifatoriais que exigem a integração constante entre disciplinas como epidemiologia, geografia, economia, sociologia, ciência política e administração pública. Em políticas ambientais, por exemplo, a literatura





Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

enfatiza que as mudanças climáticas só podem ser compreendidas quando saberes ecológicos, econômicos e institucionais dialogam de maneira contínua. Em saúde, a interdisciplinaridade surge como elemento central na vigilância epidemiológica, no planejamento de sistemas e na análise de determinantes sociais. Já na educação, encontra-se forte presença articuladora entre pedagogia, psicologia e sociologia para formulação de programas amplos, sobretudo os voltados ao enfrentamento de desigualdades.

A segunda categoria diz respeito aos benefícios e resultados atribuídos às abordagens interdisciplinares. Os estudos evidenciam que a integração de saberes não apenas amplia a capacidade analítica dos gestores, como também possibilita a criação de soluções mais inovadoras, contextualizadas e flexíveis. Os resultados apontam para ganhos expressivos em termos de legitimidade social, já que políticas produzidas a partir da confluência de diferentes áreas tendem a dialogar melhor com as múltiplas dimensões da realidade. A literatura demonstra ainda que processos interdisciplinares fortalecem a robustez das decisões públicas, reduzem erros técnicos durante a implementação e aumentam a capacidade adaptativa dos programas governamentais diante de crises ou mudanças de cenário.

A terceira categoria temática emergente trata das barreiras e desafios que dificultam a efetiva incorporação da interdisciplinaridade nas políticas públicas. A revisão revelou que os entraves não se concentram apenas em aspectos operacionais, mas se enraízam em estruturas institucionais e epistemológicas muito mais profundas. Muitos estudos mencionam conflitos de paradigmas entre as disciplinas, dificuldades de comunicação técnica entre especialistas, diferenças metodológicas e resistência cultural por parte de setores mais tradicionalistas das organizações públicas. Além disso, a fragmentação burocrática dos governos, a ausência de incentivos institucionais, a falta de tempo para cooperação efetiva e limitações orçamentárias são apontadas como elementos que reduzem a fluidez dos processos interdisciplinares. Tais obstáculos fazem com que, muitas vezes, a



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

interdisciplinaridade permaneça restrita ao discurso e não se converta plenamente em prática política.

Por fim, a quarta categoria aborda as estratégias facilitadoras identificadas na literatura para a consolidação de práticas interdisciplinares. Os artigos revisados destacam que a criação de espaços estruturados de diálogo intersetorial, como laboratórios de inovação governamental, comitês integrados e plataformas colaborativas, contribui diretamente para aproximar especialistas de diferentes campos. Também são ressaltadas ações como a formação continuada de equipes em competências comunicacionais, o uso de mediadores capazes de traduzir linguagens técnicas entre áreas, a adoção de projetos de longo prazo com financiamento estável e a valorização de instrumentos participativos que aproximam academia, governo e sociedade civil. Essas estratégias são reconhecidas como fundamentais para romper silos burocráticos e estabelecer condições reais para a integração de saberes, permitindo que a interdisciplinaridade deixe de ser um ideal abstrato e se transforme em um eixo estruturante da governança pública.

Assim, os resultados demonstram que, apesar dos avanços obtidos na última década, a interdisciplinaridade ainda enfrenta obstáculos significativos para sua consolidação. Entretanto, os benefícios relatados e as estratégias bem-sucedidas identificadas sugerem que sua adoção tende a se intensificar, tornando-se um dos pilares para a compreensão e enfrentamento dos problemas complexos que caracterizam o século XXI.

Discussão

Interpretação dos Principais Achados

A análise dos estudos selecionados revela um campo ainda em transformação, no qual a interdisciplinaridade emerge como resposta necessária, embora insuficientemente consolidada, diante da crescente complexidade que



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

caracteriza as políticas públicas contemporâneas. A literatura indica, de modo recorrente, que os problemas enfrentados pelos governos, especialmente nas áreas de saúde, meio ambiente, educação e políticas sociais extrapolam qualquer capacidade disciplinar isolada. Essa constatação se alinha de forma direta ao alerta já feito por Rittel e Webber (1973), ao descreverem os chamados “wicked problems”, cujo grau de incerteza, instabilidade e interdependência inviabiliza respostas simplificadas. Os achados da revisão reforçam essa percepção ao evidenciar que, mesmo iniciativas tradicionalmente setoriais, como planejamento urbano ou vigilância epidemiológica, passam a demandar abordagens híbridas, capazes de integrar estatística, sociologia, geografia, economia, educação comunitária e comunicação pública.

As evidências observadas nos estudos demonstram que, quando a interdisciplinaridade é não apenas evocada, mas estruturada no desenho da política pública, surgem efeitos mensuráveis: maior precisão nas análises de contexto, melhor aderência entre diagnóstico e intervenção, fortalecimento da legitimidade social e maior capacidade de adaptação a mudanças abruptas, como crises sanitárias ou eventos climáticos extremos. Há, também, um ganho significativo em termos de inovação, pois a confluência de saberes distintos costuma gerar soluções que dificilmente emergiram de equipes homogêneas um fenômeno amplamente discutido por autores como Klein (2017) e Jasanoff (2018), que defendem que o próprio processo de integração epistemológica funciona como catalisador de criatividade institucional.

Entretanto, os resultados também revelam que tais potenciais convivem com tensões profundas. Os estudos convergem ao apontar barreiras epistemológicas entendidas não apenas como diferenças metodológicas, mas como choques de paradigmas e linguagens que dificultam o diálogo entre áreas. Muitas vezes, as disciplinas operam com ritmos, unidades de medida, concepções de evidência e prioridades distintas, o que gera ruídos que se acumulam e inviabilizam a



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

cooperação efetiva. A interdisciplinaridade, portanto, aparece como um ideal atraente, mas que enfrenta a resistência estrutural de instituições ainda moldadas por lógicas fragmentadas.

O panorama geral interpretado a partir da revisão mostra que a interdisciplinaridade avança, mas enfrenta um paradoxo: é amplamente reconhecida como necessária, porém ainda insuficientemente praticada. E é justamente nesse ponto que se encontra o núcleo das evidências: a interdisciplinaridade não falha por incapacidade conceitual, mas por bloqueios institucionais, históricos, culturais e operacionais que precisam ser enfrentados com maior rigor e planejamento estratégico.

Implicações para a Pesquisa

As implicações para a pesquisa derivadas desta revisão revelam a necessidade urgente de ampliar e diversificar a investigação sobre interdisciplinaridade no campo das políticas públicas. Embora exista uma crescente produção teórica que argumenta a favor da integração entre saberes, o volume de estudos empíricos, especialmente estudos de caso, análises comparativas e pesquisas de impacto ainda é limitado. Observa-se que boa parte da literatura concentra-se em reflexões conceituais, o que, embora relevante, não substitui a necessidade de demonstrar empiricamente como a interdisciplinaridade modifica processos, resultados e percepções no ciclo das políticas.

Há também um descompasso evidente entre países. A revisão deixa claro que a maior parte das publicações provém de nações desenvolvidas, onde estruturas de pesquisa e governança tendem a ser mais consolidadas e com maior abertura para inovação administrativa. Isso evidencia uma lacuna significativa: a ausência de estudos aprofundados sobre práticas interdisciplinares no contexto latino-americano, africano ou asiático. A realidade brasileira, por exemplo, carece de investigações sistemáticas que examinem experiências intersetoriais em



Revista AMAzonica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

políticas ambientais amazônicas, programas de segurança pública, gestão participativa municipal ou políticas de saúde indígena, entre outras áreas nas quais a complexidade social e cultural exige abordagens integradas.

Do ponto de vista metodológico, os achados sugerem a necessidade de modelos investigativos mais robustos, capazes de medir o impacto concreto da interdisciplinaridade. Atualmente, estudos que avaliem causalidade, indicadores comparativos ou métricas de integração ainda são raros. Para avançar, seria necessário desenvolver instrumentos específicos de análise, tais como:

Índices de integração interdisciplinar, que mensuram a profundidade de cooperação entre áreas;

Metodologias de avaliação longitudinal, capazes de observar mudanças ao longo do tempo;

Modelos comparativos entre políticas interdisciplinares e unidisciplinares;

Métricas de governança colaborativa, que avaliam processos de comunicação, participação e articulação institucional.

Além disso, há implicações epistemológicas importantes: a pesquisa precisa explorar como diferentes disciplinas negociam sentidos, valores e prioridades dentro de uma política pública. Isso implica estudar não apenas resultados, mas dinâmicas de poder, conflitos metodológicos, disputas narrativas e processos de mediação entre especialistas.

Em síntese, as implicações para a pesquisa indicam que a interdisciplinaridade exige mais que reconhecimento teórico; exige investimento contínuo em metodologias inovadoras, ampliação geográfica dos estudos e aprofundamento empírico que permita compreender, com precisão, seus impactos no real.

Implicações para a Prática e a Gestão Pública

Os resultados obtidos pela revisão oferecem implicações diretas para a prática governamental, evidenciando que a interdisciplinaridade precisa ser tratada



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

como diretriz estrutural, e não como adendo eventual. Os estudos analisados demonstram que a ausência de integração entre saberes é uma das principais causas de políticas com baixa efetividade, diagnósticos incompletos e intervenções desconectadas da realidade social. A fragmentação burocrática, típica de administrações públicas organizadas por setores estanques, resulta em esforços paralelos, duplicação de ações e desperdício de recursos.

A primeira implicação prática é a necessidade de redesenho institucional. Para que a interdisciplinaridade se torne rotina e não exceção, as estruturas de governo precisam ser adaptadas para incentivar articulação entre áreas. Isso envolve criar unidades intersetoriais, comissões híbridas, grupos de trabalho permanentes e equipes compostas por profissionais de formações distintas. Experiências internacionais, como as iniciativas integradas de governança ambiental apontadas pela OECD (2020), mostram que estruturas flexíveis e comunicativas aumentam de forma significativa a capacidade estatal de resposta e inovação.

A segunda implicação é a urgência de capacitação específica. A literatura evidencia que gestores públicos frequentemente carecem de formação em habilidades colaborativas, como mediação de conflitos, comunicação interprofissional, pensamento sistêmico e análise integrada de dados. Assim, além do conhecimento técnico especializado, passa a ser indispensável o desenvolvimento de competências sócio-epistemológicas, que permitem navegar entre disciplinas sem reduzir a complexidade dos temas tratados.

Outra implicação essencial é a necessidade de reformular os mecanismos de financiamento. Muitos projetos interdisciplinares fracassam não por falta de qualidade conceitual, mas por ausência de financiamento continuado e apropriado ao longo prazo. A interdisciplinaridade, por sua natureza, exige tempo para amadurecimento, negociação, integração de métodos e estabilização de consensos operacionais.



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Além disso, a prática governamental deve incorporar ferramentas digitais e participativas que ampliem a interação entre diferentes atores sociais. Isso inclui plataformas colaborativas, tecnologias de inteligência artificial aplicadas à gestão integrada de dados e espaços deliberativos que envolvam comunidades, especialistas e gestores. A transdisciplinaridade, nesse sentido, pode fortalecer a legitimidade e ampliar o repertório de soluções possíveis.

Por fim, a análise indica que gestores precisam adotar a interdisciplinaridade como postura estratégica, reconhecendo que problemas contemporâneos como segurança pública, vulnerabilidade socioambiental ou saúde coletiva demandam convergência entre áreas e perspectivas. Sem isso, políticas públicas permanecem limitadas, reativas e incapazes de enfrentar a complexidade real da sociedade.

Limitações da Revisão

A revisão realizada apresenta limitações que, embora comuns em estudos integrativos, precisam ser explicitadas para que se compreenda adequadamente o alcance e os limites das conclusões apresentadas. A primeira limitação refere-se ao viés de publicação: estudos com resultados positivos sobre interdisciplinaridade tendem a ser mais publicados do que estudos que apontam falhas, contradições ou experiências mal sucedidas. Tal tendência pode criar a percepção de que a interdisciplinaridade produz mais benefícios do que barreiras, o que não necessariamente reflete a realidade de forma integral.

Outra limitação importante é a heterogeneidade metodológica dos estudos incluídos. A revisão integrativa permite a junção de pesquisas qualitativas, quantitativas e teóricas, mas essa diversidade torna difícil estabelecer comparações diretas entre os resultados. Assim, ainda que seja possível identificar padrões, não se pode afirmar que existe homogeneidade metodológica suficiente para estabelecer conclusões generalizáveis a todos os contextos governamentais.

Há também limitações relacionadas ao recorte geográfico. A predominância



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

de estudos de países desenvolvidos dificulta a extração dos resultados para o contexto brasileiro, onde as estruturas administrativas, a formação de gestores e os desafios sociais possuem características próprias. Por isso, é necessário cautela ao aplicar conclusões internacionais à realidade nacional.

A revisão também se limita ao uso de descritores específicos, o que pode ter excluído estudos relevantes que utilizam terminologias alternativas para descrever processos intersetoriais, práticas colaborativas ou articulações interprofissionais. Da mesma forma, a decisão de trabalhar apenas com publicações entre 2015 e 2025, embora metodologicamente coerente, pode ter deixado de fora estudos clássicos ou emergentes que contribuíram para ampliar a compreensão do fenômeno.

Por fim, a revisão não investigou diretamente os impactos reais das políticas analisadas, já que se baseou nas interpretações dos autores dos estudos. Pesquisas futuras poderiam suprir essa lacuna ao examinar, de forma empírica e longitudinal, como a interdisciplinaridade transforma políticas públicas no longo prazo, permitindo avaliar sua efetividade de maneira mais robusta.

Considerações finais

A análise abrangente realizada ao longo deste estudo revela, com clareza incontestável, que a interdisciplinaridade desempenha um papel estruturante na compreensão e no enfrentamento dos problemas complexos que permeiam o campo das políticas públicas contemporâneas. Ao sintetizar a produção científica publicada entre 2015 e 2025, observou-se que a aplicação de abordagens interdisciplinares não constitui apenas uma estratégia metodológica desejável, mas se apresenta como condição indispensável para que governos, instituições e gestores consigam lidar com fenômenos que transcendem os limites tradicionais do conhecimento disciplinar. Questões como mudanças climáticas, desigualdades sociais persistentes, crises sanitárias e transformações tecnológicas aceleradas



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

demonstram, cada vez mais, que nenhum campo isolado é capaz de oferecer respostas completas, duradouras e ajustadas à realidade dinâmica do século XXI.

Os resultados evidenciaram que a interdisciplinaridade se materializa de maneira expressiva em áreas como saúde pública, educação, políticas ambientais e desenvolvimento social, indicando que esses setores, por sua própria complexidade, funcionam como laboratórios naturais para experiências integrativas. Em tais contextos, a articulação entre diferentes saberes científicos, técnicos, comunitários e gerenciais permitiu o desenvolvimento de soluções mais criativas, resilientes e legitimadas socialmente. A revisão mostrou que, quando devidamente operacionalizada, a interdisciplinaridade favorece a inovação, reduz falhas de implementação, amplia a aceitação das políticas e fortalece a capacidade governamental de antecipar e gerir riscos.

Entretanto, observou-se também que a adoção de práticas interdisciplinares enfrenta obstáculos relevantes, que não podem ser ignorados. Persistem barreiras epistemológicas relacionadas a divergências de linguagem, métodos e perspectivas entre diferentes campos de conhecimento. Além disso, estruturas institucionais marcadas por hierarquias rígidas, burocracias fragmentadas e culturas organizacionais resistentes à cooperação continuam dificultando o avanço de iniciativas integradoras. Soma-se a isso a ausência de métricas adequadas para avaliar a efetividade da interdisciplinaridade, o que limita a capacidade dos gestores de justificar investimentos ou defender a ampliação de equipes interdisciplinares no âmbito governamental. Tais desafios revelam que a interdisciplinaridade, apesar de amplamente reconhecida como necessária, ainda é operacionalizada de forma desigual e, muitas vezes, insuficiente.

A partir dessa constatação, torna-se evidente que o avanço dessa abordagem exige não apenas mudanças técnicas, mas sobretudo transformações culturais e estruturais. Para que a interdisciplinaridade se consolide no campo das políticas públicas, é imprescindível que governos, universidades e organizações



Revista AMAzonica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

criem espaços permanentes de diálogo, incentivem práticas colaborativas e promovam reformas institucionais que rompam com modelos organizacionais centrados na compartmentalização do saber. Isso inclui a formação de gestores aptos a compreender diferentes linguagens disciplinares, o fortalecimento de mecanismos de governança participativa, a criação de unidades intersetoriais e o estabelecimento de financiamentos contínuos para pesquisas e projetos integrativos.

A revisão também destacou lacunas significativas que se abrem como oportunidades para investigações futuras. Há necessidade de estudos de caso aprofundados que examinem, de forma comparativa, experiências bem-sucedidas e fracassadas de políticas interdisciplinares, permitindo identificar fatores críticos de sucesso e padrões replicáveis. Do mesmo modo, carecem pesquisas que mensuram de maneira mais precisa o impacto causal da interdisciplinaridade nos resultados de políticas públicas, oferecendo evidências empíricas robustas capazes de orientar decisores políticos. Ainda, torna-se relevante investigar o papel específico das ciências humanas e sociais em equipes interdisciplinares, uma vez que essas áreas frequentemente fornecem leituras essenciais sobre cultura, valores, conflitos e comportamentos coletivos.

Diante de todo o exposto, conclui-se que a interdisciplinaridade é um eixo indispensável para a construção de políticas públicas eficazes e responsivas às demandas contemporâneas. Embora os desafios de implementação sejam expressivos, os benefícios evidenciados pela literatura apontam para a urgência de consolidar práticas integrativas como parte central da governança pública. Negligenciar essa abordagem significa permanecer preso a modelos ultrapassados, incapazes de apreender a complexidade do mundo atual. Por outro lado, investir na interdisciplinaridade representa um passo decisivo rumo a políticas mais justas, inovadoras e sustentáveis, capazes de dialogar com a multiplicidade de realidades que constituem a vida social. Em síntese, a interdisciplinaridade não



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

se apresenta como alternativa periférica, mas como caminho necessário para que políticas públicas alcancem resultados significativos diante dos desafios multifacetados do século XXI.

Referências

- Banco Mundial (2023). *World Development Report 2023: Migrants, Refugees and Societies*. World Bank. DOI: 10.1596/978-1-4648-1943-3.
- Dye, T. R. (2013) *Understanding Public Policy*. 14. Pearson.
- Howlett, Michael & Ramesh, M. (2014) *Studying Public Policy: Principles and Processes*. 4. ed. Oxford University Press.
- IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change (2022) *Climate Change 2022: Mitigation of Climate Change*. IPCC.
- Jasanoff, S. (2018) *The Ethics of Invention: Technology and the Human Future*. W. W. Norton & Company.
- Klein, J. T. (2017) *Interdisciplining Digital Humanities: Boundary Work in an Emerging Field*. University of Michigan Press. DOI: 10.3998/mpub.6971680.
- Morin, E. (2020) *A Via para o Futuro da Humanidade*. Bertrand Brasil.
- Nicolescu, B. (1999) *O Manifesto da Transdisciplinaridade*. 2. ed. TRIOM.
- OECD – Organisation for Economic Co-operation and Development. (2020) *Governance for Sustainable Development*. OECD Publishing, DOI: 10.1787/gov-sd-2020-en.
- ONU – Organização das Nações Unidas. (2021) *World Public Sector Report 2021: National Institutions for Sustainable Development*. UNDESA.
- Rittel, H. W. J. & Webber, M. M. (1973) Dilemmas in a General Theory of Planning. *Policy Sciences*, v. 4, p. 155–169, DOI: 10.1007/BF01405730.
- Santos, L. & Vasconcelos, R. (2021) Interdisciplinaridade na educação pública brasileira. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 42. DOI: 10.1590/ES.249348.
- Souza, P. et al. (2019) Estratégias interdisciplinares em vigilância epidemiológica. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 7. DOI: 10.1590/0102-311X00123418.
- Unesco. (2021) *Reimagining Our Futures Together: A New Social Contract for Education*. UNESCO Publishing.
- Whittemore, R. & Knafl, K. (2005) The integrative review: updated methodology.



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Journal of Advanced Nursing, v. 52, n. 5, p. 546–553. DOI: 10.1111/j.1365-2648.2005.03621.x.

Submetido: 20/11/2025

Aprovado: 18/12/2025

Publicado: 01/01/2026

Autores

Gabrielly Gomes Machado

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Cursando a disciplina de Psicologia Aplicada ao Serviço Social. E-mail: gabrielly-machado.gm@ufam.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-4853-8378>

Juliana da Silva Martins

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Cursando a disciplina de psicologia aplicada ao Serviço Social. E-mail: Martins.juliana@ufam.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-1971-9428>

Maria de Lourdes de Oliveira Pinheiro

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Cursando a disciplina de Psicologia Aplicada ao Serviço Social. Técnica em Administração pelo Instituto Federal do Amazonas E-mail: pinheiro.maria@ufam.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-0918-0615>

Nani Vitoria Santarém da Silva

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Cursando a disciplina de psicologia aplicada ao Serviço Social. E-mail: vitoriasantarm9@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-8874-5207>

Rayla do Nascimento Mesquita

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Cursando a disciplina de Psicologia Aplicada ao Serviço Social. E-mail: raylanascimento150@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-6608-3250>



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)